





# CASA DO MENOR SANTA LÚCIA

Inscrição no CNPJ 47.044.821/0001-93 - Inscrição Estadual: Isento

Reconhecida de Utilidade Pública Federal pelo Decreto n.º 91.108 em 12/03/85

Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei n.º 4048 de 28/05/84

Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 69/77 de 10/02/77

CEBAS Educacional Portaria nº250, de 13 agosto de 2020

Registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Artigo 90 da Lei Federal n.º 8.069/90 e da Lei Municipal n.º 051/97

Registrada no Conselho Municipal de Assistência Social - São Joaquim da Barra - Artigo 9.º da Lei n.º 8742, em 07 de dezembro de 1993, Inscrição n.º 006

Registrada sob o n.º 14, com referência ao n.º 06 da fls. 04, às fls. 238 do livro "A/2" do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de São Jm. da Barra

“... a força que nos move é a certeza de um amanhã melhor. Fazemos nosso trabalho de semeadores...”

O(s) signatário(s), na qualidade de representante(s) da Casa de Menor Santa Lucia de São Joaquim da Barra vem indicar, na forma abaixo detalhada, as despesas incorridas e pagas no exercício/2024 bem como as despesas a pagar no exercício seguinte.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO					
CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA (8)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)	DESPESAS CONTABILIZADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (H)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (I)	TOTAL DE DESPESAS PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (J= H + I)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE (R\$)
Recursos humanos (5)	-	-	-	-	-
Recursos humanos (6)	-	-	-	-	-
Medicamentos	-	-	-	-	-
Material médico e hospitalar (*)	-	-	-	-	-
Gêneros alimentícios	-	-	-	-	-
Outros materiais de consumo	20.107,88	-	20.107,88	20.107,88	-
Serviços médicos (*)	-	-	-	-	-
Outros serviços de terceiros	-	-	-	-	-
Locação de imóveis	-	-	-	-	-
Locações diversas	-	-	-	-	-
Utilidades públicas (7)	-	-	-	-	-
Combustível	-	-	-	-	-
Bens e materiais permanentes	3.737,90	-	3.737,90	3.737,90	-
Obras	-	-	-	-	-
Despesas financeiras e bancárias	107,61	-	107,61	107,61	-
Outras despesas	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>23.953,39</b>	-	<b>23.953,39</b>	<b>23.953,39</b>	-

(5) Salários, encargos e benefícios.

(6) Autônomos e pessoa jurídica.

(7) Energia elétrica, água e esgoto, gás, telefone e internet.

(8) No rol exemplificativo incluir também as aquisições e os compromissos assumidos que não são classificados contabilmente como DESPESAS, como, por exemplo, aquisição de bens permanentes.

(9) Quando a diferença entre a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO e a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO for decorrente de descontos obtidos ou pagamento de multa por atraso, o resultado não deve aparecer na coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE, uma vez que tais descontos ou multas são contabilizados em contas de receitas ou despesas. Assim sendo deverá se indicado como nota de rodapé os valores e as

(\*) Apenas para entidades da área da Saúde.

e-mail: casadomenorsantalucia@hotmail.com

RUA GOIÁS N.º 25 - FONE: (16) 3811-3200 - CEP 14600-000 - SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP



# CASA DO MENOR SANTA LÚCIA

Inscrição no CNPJ 47.044.821/0001-93 - Inscrição Estadual: Isento

Reconhecida de Utilidade Pública Federal pelo Decreto n.º 91.108 em 12/03/85

Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei n.º 4048 de 28/05/84

Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 69/77 de 10/02/77

CEBAS Educacional Portaria nº250, de 13 agosto de 2020

Registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Artigo 90 da Lei Federal n.º 8.069/90 e da Lei Municipal n.º 051/97

Registrada no Conselho Municipal de Assistência Social - São Joaquim da Barra - Artigo 9.º da Lei n.º 8742, em 07 de dezembro de 1993, Inscrição n.º 006

Registrada sob o n.º 14, com referência ao n.º 06 da fls. 04, às fls. 238 do livro "A/2" do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de São Jm. da Barra

“... a força que nos move é a certeza de um amanhã melhor. Fazemos nosso trabalho de semeadores...”

DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
(G) TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO	23.953,39
(J) DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (H+I)	23.953,39
(K) RECURSO PÚBLICO NÃO APLICADO [E - (J - F)]	-
(L) VALOR DEVOLVIDO AO ÓRGÃO PÚBLICO	
(M) VALOR AUTORIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE (K - L)	-

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que a despesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme programa de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Público Parceiro.

São Joaquim da Barra, 20 de janeiro de 2025.

JOSÉ AMAURI FAVARETTO  
PRESIDENTE

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL  
FIRMO ZANINI NETO

JOÃO DONIZETI GONÇALVES

JULIO CÉSAR BARBOSA

RAFAEL BOLOGNESI BASAGLI

MARCELO ORSOLINE VIOLLA

e-mail: casadomenorsantalucia@hotmail.com

RUA GOIÁS N.º 25 - FONE: (16) 3811-3200 - CEP 14600-000 - SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP





# CASA DO MENOR SANTA LÚCIA

Inscrição no CNPJ 47.044.821/0001-93 - Inscrição Estadual: Isento

Reconhecida de Utilidade Pública Federal pelo Decreto n.º 91.108 em 12/03/85  
Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei n.º 4048 de 28/05/84  
Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 69/77 de 10/02/77  
CEBAS Educacional Portaria nº250, de 13 agosto de 2020

Registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Artigo 90 da Lei Federal n.º 8.069/90 e da Lei Municipal n.º 051/97  
Registrada no Conselho Municipal de Assistência Social - São Joaquim da Barra - Artigo 9.º da Lei n.º 8742, em 07 de dezembro de 1993, Inscrição n.º 006  
Registrada sob o n.º 14, com referência ao n.º 06 da fls. 04, às fls. 238 do livro "A/2" do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de São Jm. da Barra

“... a força que nos move é a certeza de um amanhã melhor. Fazemos nosso trabalho de semeadores...”

O(s) signatário(s), na qualidade de representante(s) da Casa de Menor Santa Lucia de São Joaquim da Barra vem indicar, na forma abaixo detalhada, as despesas incorridas e pagas no exercício/2024 bem como as despesas a pagar no exercício seguinte.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO					
CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA (8)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)	DESPESAS CONTABILIZADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (H)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (I)	TOTAL DE DESPESAS PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (J= H + I)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE (R\$)
Recursos humanos (5)	-	-	-	-	-
Recursos humanos (6)	-	-	-	-	-
Medicamentos	-	-	-	-	-
Material médico e hospitalar (*)	-	-	-	-	-
Gêneros alimentícios	-	-	-	-	-
Outros materiais de consumo	20.107,88	-	20.107,88	20.107,88	-
Serviços médicos (*)	-	-	-	-	-
Outros serviços de terceiros	-	-	-	-	-
Locação de imóveis	-	-	-	-	-
Locações diversas	-	-	-	-	-
Utilidades públicas (7)	-	-	-	-	-
Combustível	-	-	-	-	-
Bens e materiais permanentes	3.737,90	-	3.737,90	3.737,90	-
Obras	-	-	-	-	-
Despesas financeiras e bancárias	107,61	-	107,61	107,61	-
Outras despesas	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>23.953,39</b>	-	<b>23.953,39</b>	<b>23.953,39</b>	-

(5) Salários, encargos e benefícios.

(6) Autônomos e pessoa jurídica.

(7) Energia elétrica, água e esgoto, gás, telefone e internet.

(8) No rol exemplificativo incluir também as aquisições e os compromissos assumidos que não são classificados contabilmente como DESPESAS, como, por exemplo, aquisição de bens permanentes.

(9) Quando a diferença entre a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO e a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO for decorrente de descontos obtidos ou pagamento de multa por atraso, o resultado não deve aparecer na coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE, uma vez que tais descontos ou multas são contabilizados em contas de receitas ou despesas. Assim sendo deverá se indicado como nota de rodapé os valores e as

(\*) Apenas para entidades da área da Saúde.

e-mail: casadomenorsantalucia@hotmail.com

RUA GOIÁS N.º 25 - FONE: (16) 3811-3200 - CEP 14600-000 - SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP



# CASA DO MENOR SANTA LÚCIA

Inscrição no CNPJ 47.044.821/0001-93 - Inscrição Estadual: Isento

Reconhecida de Utilidade Pública Federal pelo Decreto n.º 91.108 em 12/03/85

Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei n.º 4048 de 28/05/84

Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 69/77 de 10/02/77

CEBAS Educacional Portaria nº250, de 13 agosto de 2020

Registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Artigo 90 da Lei Federal n.º 8.069/90 e da Lei Municipal n.º 051/97

Registrada no Conselho Municipal de Assistência Social - São Joaquim da Barra - Artigo 9.º da Lei n.º 8742, em 07 de dezembro de 1993, Inscrição n.º 006

Registrada sob o n.º 14, com referência ao n.º 06 da fls. 04, às fls. 238 do livro "A/2" do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de São Jm. da Barra

“... a força que nos move é a certeza de um amanhã melhor. Fazemos nosso trabalho de semeadores...”

DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
(G) TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO	23.953,39
(J) DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (H+I)	23.953,39
(K) RECURSO PÚBLICO NÃO APLICADO [E - (J - F)]	-
(L) VALOR DEVOLVIDO AO ÓRGÃO PÚBLICO	
(M) VALOR AUTORIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE (K - L)	-

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que a despesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme programa de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Público Parceiro.

São Joaquim da Barra, 20 de janeiro de 2025.

**JOSÉ AMAURI FAVARETO**  
PRESIDENTE

## MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

**FIRMO ZANINI NETO**  
PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL

  
**JOÃO DONIZETI GONÇALVES**  
**JÚLIO CÉSAR BARBOSA**  
**RAFAEL BOLOGNESI BASAGLI**  
**MARCELO ORSOLINE VIOLLA**

e-mail: [casadomenorsantalucia@hotmail.com](mailto:casadomenorsantalucia@hotmail.com)

RUA GOIÁS N.º 25 - FONE: (16) 3811-3200 - CEP 14600-000 - SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP



**Processo Administrativo n.º 3100/2023**

**PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CONCESSOR**

**EXERCÍCIO DE 2023/2024**

**NOME DA OSC:** Casa do Menor Santa Lúcia

**CNPJ:** 47.044.821/0001-93

**Responsável:** Jose Amauri Favaretto

**Telefone:** (016) 3811-3200

**E-mail:** [casadomenorsantalucia@hotmail.com](mailto:casadomenorsantalucia@hotmail.com)

**Endereço:** Rua Goiás, 25 – Vila Deienno

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 060/2023**

A presente Prestação de Contas da execução do Termo de Colaboração nº 060/2023 repassado à Organização da Sociedade Civil denominada ***Casa do Menor Santa Lúcia*** no **exercício de 2023/2024**, no valor abaixo indicado, foi analisada segundo os critérios do artigo 203 das Instruções nº 1/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, atualizadas pela Resolução nº 10/2024, de acordo com o que segue:

**I - A localização e o regular funcionamento da beneficiária, descrevendo sua finalidade estatutária e descrição do objeto:** O endereço (localização) da beneficiária está indicado acima, encontrando-se em regular funcionamento.

Sua finalidade estatutária é: Prestação de serviços na área de assistência social, educacional, cultural e das artes, através do atendimento e execução de ações de caráter contínuo, permanente e planejado, com objetivos voltados a promoção de atividades com finalidades e relevância pública e social.

O objeto da parceria é: Prestação de serviço de atendimento educacional a crianças de 01 (um) a 03 (três) anos e 11 (onze) meses de idade – creche e crianças de 04 (quatro) anos e 05 (cinco) anos de idade – pré-escola, conforme plano de trabalho apresentado pela OSC.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP**  
**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Rua Voluntário Geraldo, 966 – Centro – Telefone: (16) 3818-2755

E-mail: [assistenciasocial@saojoaquimdabarra.sp.gov.br](mailto:assistenciasocial@saojoaquimdabarra.sp.gov.br)

**II - Relação dos repasses concedidos, identificando número, data e valor dos respectivos documentos de crédito, por fonte de recursos, bem como os rendimentos financeiros auferidos:**

Número	Data	Valor dos documentos de crédito (R\$)	Fonte de Recursos	Rendimentos financeiros auferidos (R\$)
01	19/12/2023	R\$ 23.435,00	550.873.000.023.846	R\$ 0,00
02	05/2024	R\$ 0,00	-	R\$ 2,24
03	06/2024	R\$ 0,00	-	R\$ 16,86
04	07/2024	R\$ 0,00	-	R\$ 17,86
05	08/2024	R\$ 0,00	-	R\$ 24,14
06	09/2024	R\$ 0,00	-	R\$ 30,68
07	10/2024	R\$ 0,00	-	- R\$ 3,30
08	11/2024	R\$ 0,00	-	- R\$ 0,20
<b>Total</b>		<b>R\$ 23.435,00</b>		<b>R\$ 88,28</b>

Valor do recurso repassado no exercício: R\$ 23.435,00

Rendimentos proveniente de aplicações financeiras: R\$ 88,28

Recursos próprios da entidade parceira: R\$ 430,11

Total de recursos disponível no exercício: R\$ 23.953,39

**III - Datas das respectivas prestações de contas, bem como a aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade:**

A Prestação de Contas final foi entregue ao Departamento de Desenvolvimento Social na data de 21/01/2025.

Não houve aplicação de sanções por ausências de comprovação e/ou desvio de finalidade.

**IV - Os valores aplicados no objeto do repasse, informando inclusive eventuais glosas:**

Data do Repasse	Valor do Repasse (R\$)	Valor Aplicado (R\$)	Glosas (R\$)
19/12/2023	R\$ 23.435,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01/2024	R\$ 0,00	R\$ 72,00	R\$ 0,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP**  
**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Rua Voluntário Geraldo, 966 – Centro – Telefone: (16) 3818-2755

E-mail: [assistenciasocial@saojoaquimdabarra.sp.gov.br](mailto:assistenciasocial@saojoaquimdabarra.sp.gov.br)

06/2024	R\$ 0,00	R\$ 1.823,90	R\$ 0,00
07/2024	R\$ 0,00	R\$ 11.499,60	R\$ 0,00
09/2024	R\$ 0,00	R\$ 1.219,62	R\$ 0,00
10/2024	R\$ 0,00	R\$ 9.045,11	R\$ 0,00
11/2024	R\$ 0,00	R\$ 247,55	R\$ 0,00
12/2024	R\$ 0,00	R\$ 45,61	R\$ 0,00
<b>TOTAIS: (R\$)</b>	<b>R\$ 23.435,00</b>	<b>R\$ 23.953,99</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Os valores aplicados no exercício totalizaram R\$ 23.953,99, conforme apresentado abaixo:

Bens e materiais de consumo: R\$ 20.107,88

Bens e materiais permanentes: R\$ 3.737,90

Despesas financeiras e bancárias: R\$ 107,61

**V - A devolução de eventuais glosas, saldos ou autorização formal para sua utilização em exercício subsequente:** Não houve devolução referente glosas e o recurso foi liquidado ao final da vigência da parceria em 10/12/2024, não restando em conta saldo a ser devolvido para o órgão concessor.

**VI - Se as atividades desenvolvidas com as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando o cumprimento do plano de trabalho, com exposição das razões da não consecução ou extrapolação das metas pactuadas:** As atividades desenvolvidas são compatíveis com as metas propostas, bem como atingiram os resultados esperados conforme o plano de trabalho, sem extrapolação das metas pactuadas.

Foram realizadas diversas atividades, como: bloquinhos de montar, pula – pula, festinha de carnaval, músicas infantis, parque, brincadeiras de bola, com o objetivo de ajudar as crianças a desenvolverem suas coordenações, noções de espaço, socialização e interação, além de contribuir para o desenvolvimento cognitivo, estimulando capacidades de ordem física, cognitiva e afetiva, desenvolvendo a socialização em ambiente acolhedor, com a finalidade de ampliar espaços de atuação da criança e sua percepção do mundo.



De acordo com o relatório da equipe de monitoramento que realizou a visita in loco em 02 de dezembro de 2024, a OSC vem desempenhando o serviço segundo o plano de trabalho apresentado com eficiência e eficácia, mostrando um serviço de relevância dentro do município.

**VII - O cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação**

**que rege a matéria:** Houve integral cumprimento das cláusulas pactuadas, em conformidade com a regulamentação que rege a matéria. A OSC cumpriu as cláusulas pactuadas no plano de trabalho, atendendo a legislação/regulamentação pertinentes ao objeto da parceria.

**VIII - A disponibilização, pela entidade do terceiro setor, dos documentos comprobatórios dos gastos efetuados com os recursos da parceria e sua devida contabilização, atestada pelo contador da beneficiária:**

A entidade do terceiro setor disponibilizou corretamente os documentos comprobatórios dos gastos efetuados com os recursos da parceria, que foram devidamente contabilizados e atestados pelo contador da beneficiária.

A OSC apresentou as RPs e extratos bancários no período de vigência do termo de colaboração e a prestação de contas encontra-se regular, o procedimento de análise da mesma segue a orientação emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nas conformidades dos manuais, das resoluções e dos pareceres.

**IX - A conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, definidos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações:**

Não se aplica.

**X - Que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e do número do ajuste, bem como do órgão/entidade repassador (a) a que se referem:**

Os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e do número do ajuste, bem como do órgão repassador a que se referem.



A prestação de contas foi apresentada mensalmente, com os devidos comprovantes de gastos e extratos bancários para conferência dos valores, e podem ser conferidas dentro do Processo Administrativo nº 3100/2023.

**XI - A disponibilização pela entidade do terceiro setor das respectivas certidões atualizadas acerca da regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolver gastos com pessoal:**

Não se aplica, por tratar-se de aquisição de bens de consumo e materiais permanentes, comprovados por notas fiscais dos fornecedores, conforme discriminados no plano de trabalho.

**XII - O atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público:**

Foram atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público, durante todo o período de vigência da parceria. É notório a eficiência do serviço prestado pela OSC, com grande visibilidade na mídia municipal e na população em geral.

**XIII - A existência e o funcionamento regular do controle interno do órgão ou entidade públicos concessionários, com indicação do nome completo e CPF dos respectivos responsáveis:**

Existe e funciona regularmente o controle interno do órgão conessor (Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra), composto pelo seguinte membro:

- Queila Mara de Oliveira Nogueira Pimentel (CPF 377.235.098-47).

**XIV - Comprovação de fiscalização:**

a) A OSC apresentou os Relatórios mensais de Execução do Objeto, assinados pelo seu representante legal, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, tendo sido verificada a sua regularidade;

b) A OSC apresentou os Relatórios mensais e anual de Execução Financeira, assinados pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas, verificando-se a sua regularidade;



c) O(a) gestor(a) abaixo assinado(a) não apresenta em anexo os relatórios quadrimestrais de visita técnica *in loco*, tendo em vista que não foi possível a realização da mesma durante a execução da parceria, porém foram analisados todos os relatórios de atividades mensais enviados pela OSC, além de acompanhamentos através dos Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e reuniões da rede protetiva da criança e do adolescente. Apresenta relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, onde consta a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

**XV - Que eventual rateio administrativo de custos indiretos realizado pela entidade do Terceiro Setor foi verificado e avaliado pelo poder público, quanto à razoabilidade, pertinência com o objeto, proporcionalidade e adequação das despesas:** Não se aplica.

**XVI - A regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade da prestação de contas examinada:** conforme abaixo.

**XVII - O cumprimento da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação):** A OSC cumpre todos os dispositivos legais relativos à transparência de seus atos, possuindo todos os mecanismos necessários ao completo atendimento da Lei Federal N.º 12.527/2011, dos Artigos 78 a 82 do Decreto Federal N.º 8.726/2016 e do Comunicado SDG N.º 016/2018 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do seguinte sítio eletrônico (site): (<https://casadomenorsantalucia.org/-transparencia>), no qual foi verificada a divulgação de todas as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal N.º 13.019/2014, quais sejam:

- 1.) Termo de ajuste, com indicação da data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;
- 2.) Nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- 3.) Descrição do objeto da parceria;
- 4.) Plano de trabalho;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP**  
**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Rua Voluntário Geraldo, 966 – Centro – Telefone: (16) 3818-2755

E-mail: [assistenciasocial@saojoaquimdabarra.sp.gov.br](mailto:assistenciasocial@saojoaquimdabarra.sp.gov.br)

- 5.) Estatuto Social atualizado;
- 6.) Relação nominal dos dirigentes e empregados envolvidos na parceria, contendo a remuneração individualizada de cada um e os respectivos cargos ou funções, inclusive em relação às despesas de rateio (se houver);
- 7.) Valor total da parceria e valores liberados;
- 8.) Prestações de contas da parceria e sua situação (informação da data prevista para a sua apresentação ou a data em que foi apresentada e o prazo para a sua análise ou o resultado conclusivo);
- 9.) Atividades e resultados (relatórios periódicos e anuais de atividades);
- 10.) Lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas), com valores pagos e indicação do tipo de serviço, vigência e valor do Ajuste (PF e PJ), inclusive em relação às despesas de rateio (se houver);
- 11.) Balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos;
- 12.) Regulamento de compras e de contratação de pessoal;

Diante do exposto, as prestações de contas decorrentes da parceria indicada no presente Parecer Conclusivo foram consideradas em ordem, quanto ao seu aspecto formal, conforme itens acima atestados, as quais ficam **APROVADAS, SEM RESSALVAS**.

Ao Prefeito para homologação.

São Joaquim da Barra, 19 de maio de 2025.

  
**Maria Angélica Venâncio Bastianini**  
Presidente do CMDCA de São Joaquim da Barra

## **HOMOLOGAÇÃO DE CONTAS**

***Processo Administrativo nº 3100/2023***

***Dispensa de Chamamento Público - Processo Administrativo nº 1699/2023***


***Termo de Colaboração nº 060/2023***

*Face o constante dos autos referente ao Processo de Dispensa de Chamamento Público no qual a Organização da Sociedade Civil **Casa do Menor Santa Lúcia**, referente ao repasse **FMDCA**, objeto da prestação de serviços de atendimento educacional a crianças de 01 (um) a 03 (três) anos e 11 (onze) meses de idade – creche e crianças de 04 (quatro) anos e 05 (cinco) anos de idade – pré escola, conforme plano de trabalho, uma vez que cumprem as exigências do edital e seus anexos das Leis nº 13.019/2014 e 13.204/2015.*

***É imprescindível*** que se faça a publicação dos atos conforme art. 38 da Lei Federal nº 13.019/2014.

*Em atenção, acato parecer exposto pelo gestor do Setor do FMDCA, quanto às análises feitas na Organização de Sociedade Civil em questão e **APROVO, sem ressalvas**, (quanto ao acompanhamento e avaliação do(a) Gestor(a) e Comissão de Avaliação e Monitoramento) a prestação de contas conforme, o artigo 69, § 5º da Lei 13.019/2014 e artigo 66, inciso I do Decreto 881/2017.*

São Joaquim da Barra - SP, 06 de junho de 2025.

  
**Dr. Wagner José Schmidt**  
**Prefeito de São Joaquim da Barra**